



Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
e 2024
e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F2 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

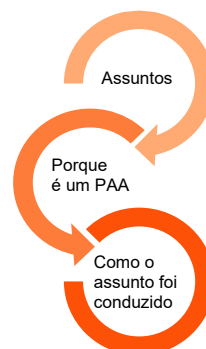
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receitas (Notas 3.14 e 16)</p> <p>A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.</p> <p>Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.</p> <p>Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.</p>	<p>Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos dados de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.</p>

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.



Serra do Seridó F2 Holding S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Bruno Guedes Monteiro
Assinado por Bruno Guedes Monteiro 1025098732
CPF: 1025098732
Data e Hora da Assinatura: 31 de março de 2026 12:19 BRT
O XDR é assinado pelo Certificado Digital PF A1
C: BR
Empresa: AC SympowerD H/Inte

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	167.967	922	4.414.315	1.101.846
Títulos e valores mobiliários	5	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027
Contas a receber	6	26.176.516	-	47.640.392	15.766.290
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	32.480.256	5.004.714	31.851.844	-
Tributos a recuperar	7	4.789.967	2.311.208	5.224.589	3.794.182
Adiantamentos a fornecedores		112.654	112.648	1.861.878	1.779.529
Despesas antecipadas		-	1.373	-	9.576
Dividendos a receber	22.3	11.446.927	5.040.003	-	-
Outros ativos		1.000	1.000	1.011.927	3.400
		141.580.656	79.230.627	241.534.491	159.864.850
Não circulante					
Empréstimos a partes relacionadas	22.4	13.910.308	73.573.716	-	-
Tributos a recuperar	7	4.332.779	-	4.332.779	-
Investimentos	8	1.121.083.890	1.081.396.132	-	-
Imobilizado	9	5.608	5.608	1.435.096.447	1.482.466.890
Intangíveis	10	7.236	7.236	7.236	7.236
Direito de uso		-	-	-	607.075
		1.139.339.821	1.154.982.692	1.439.436.462	1.483.081.201
Total de ativos		1.280.920.477	1.234.213.319	1.680.970.953	1.642.946.051
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	12	30.316.222	41.404	71.757.297	28.753.106
Tributos a recolher	11	3.050	16.983	1.859.215	1.787.695
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	60.660.747	-	72.149.382	28.817.844
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	23.766.251	21.032.300
Debêntures a pagar	14	25.262.141	37.760.550	25.262.141	37.760.550
Impostos a recolher		-	-	2.986.997	2.102.995
Passivo de arrendamento		-	-	-	80.580
		116.242.160	37.818.937	197.781.283	120.335.070
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	313.907.971	322.424.889
Debêntures a pagar	14	415.741.827	415.513.666	415.741.827	415.513.666
Empréstimos com partes relacionadas	22.5	-	72.704.714	-	72.704.714
Passivo de arrendamento		-	-	-	421.602
Impostos diferidos		2.421.213	-	3.814.861	485.602
Passivo para descomissionamento		-	-	3.209.734	2.884.506
		418.163.040	488.218.380	736.674.393	814.434.979
Patrimônio líquido					
Capital social	15.1	770.373.052	723.043.324	770.373.052	723.043.324
Prejuízos acumulados		(23.857.775)	(14.867.323)	(23.857.775)	(14.867.322)
Total do patrimônio líquido		746.515.277	708.176.002	746.515.277	708.176.002
Total do passivo e patrimônio líquido		1.280.920.477	1.234.213.319	1.680.970.953	1.642.946.051

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Demonstrações do resultado do exercício
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	16	266.207.325	-	345.005.260	155.630.850
Custos das vendas	17	(283.402.464)	-	(268.880.868)	(91.289.552)
Lucro (prejuízo) bruto		(17.195.139)	-	76.124.392	64.341.298
Despesas gerais e administrativas	18	(181.903)	(1.319.784)	(2.921.894)	(3.662.265)
Equivalência patrimonial	8	55.995.237	17.128.164	-	-
Outras receitas e despesas	19	-	22.097	3.207.248	(49.143)
Lucro operacional		38.618.195	15.830.477	76.409.746	60.629.890
Despesas financeiras	20	(52.837.674)	(29.896.830)	(88.579.490)	(74.080.353)
Receitas financeiras	20	3.824.890	4.299.159	11.551.832	10.855.802
Resultado financeiro		(49.012.784)	(25.597.671)	(77.027.658)	(63.224.551)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.394.589)	(9.767.194)	(617.912)	(2.594.661)
Imposto renda e contribuição social corrente	21	-	-	(9.624.472)	(7.009.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.404.136	-	1.251.931	(162.551)
Prejuízo do exercício		(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
 Demonstrações do resultado abrangente
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		610.521.902	(5.100.128)	605.421.774
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-
Aumento de capital		112.521.422	-	112.521.422
Prejuízo do exercício		-	(9.767.194)	(9.767.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		723.043.324	(14.867.322)	708.176.002
Aumento de capital	15.1	47.329.728	-	47.329.728
Prejuízo do exercício		-	(8.990.453)	(8.990.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		770.373.052	(23.857.775)	746.515.277

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Demonstrações dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação e amortização	17	-	61.727.237	44.820.206
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	52.259.718	28.646.210	84.050.064
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(3.782.879)	(4.297.964)	(11.000.157)
PIS e COFINS diferidos		2.421.213	-	2.601.585
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	(1.404.136)	-	(1.251.931)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	9.624.472
Resultado de equivalência patrimonial	8	(55.995.237)	(17.128.164)	-
Resultado com variação cambial e monetária		(42.012)	-	(226.448)
		(15.533.786)	(2.547.112)	136.534.369
				101.014.693
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	6	(26.176.516)	-	(31.874.102)
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	(27.475.542)	-	(31.851.843)
Adiantamentos a fornecedores		-	247	(82.349)
Despesas antecipadas		1.371	(1.368)	9.576
Tributos a recuperar	7	(6.769.527)	(715.513)	(5.211.511)
Outros ativos		-	-	(1.008.527)
Tributos a recolher	11	1.390.203	12.971	2.051.126
Contas a pagar	12	30.274.818	7.545	36.745.458
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	60.660.747	(400)	43.331.537
		31.905.554	(696.518)	12.109.365
				5.099.273
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.740.470)
				(5.024.671)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		16.371.768	(3.243.630)	139.903.264
				101.089.295
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal		59.663.407	35.150.000	-
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	-	(7.847.792)
Redução de capital nas investidas		-	(364.600.000)	-
Resgates em títulos e valores mobiliários		4.136.268	(61.633.493)	(1.119.362)
Dividendos recebidos		9.900.555	-	-
Caixa líquido aplicado nas		73.700.230	(391.083.493)	(8.967.154)
				(139.076.318)

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)

**atividades de investimentos****Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Empréstimos obtidos	-	-	1.999.241	327.999.382
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	22.5	(25.374.986)	(43.500.000)	(682.432.610)
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	22.5	-	-	(38.901.959)
Pagamento de empréstimos - principal	23	-	(6.931.227)	(312.019)
Pagamento de empréstimos - juros	23	-	(32.223.018)	(4.531.527)
Captação de debêntures	14.2	-	440.000.000	440.000.000
Pagamento de principal de debêntures	14.2	(15.738.878)	(15.738.878)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	14.2	(48.662.005)	(48.662.005)	-
Custos com debêntures		(129.084)	(15.371.994)	(15.371.994)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.200.000	13.200.000
Custos de transação de empréstimos		-	(547.867)	(1.100.668)
Pagamento de passivo de arrendamento		-	(15.818)	(7.769)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(89.904.953)	394.328.006	(127.623.641)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		167.045	883	3.312.469
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		922	39	1.101.846
No final do exercício		167.967	922	4.414.315
		167.045	883	3.312.469

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	Nota	2025	2024	2025	2024
Provisão de juros - partes relacionadas		-	-	-	(16.266.066)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		-	-	-	839.602
IOF		-	-	-	(411.843)
Outras despesas e receitas financeiras		-	-	-	(466.572)
Aquisição de imobilizado	13	-	-	7.313.217	7.709.801
Passivo para descomissionamento		-	-	-	2.884.506
Subscrição de capital - Crédito de turbinas		-	-	-	99.321.422
Subscrição de capital - Mútuo		47.329.728	-	47.329.728	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Serra do Seridó F2 Holding S.A. (“Companhia”), constituída por sua única controladora, a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 81, 19 andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, constituída em 17 de agosto de 2021. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social, sendo estes, comercialização de energia elétrica, representação perante a órgãos reguladores, e participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia através do despacho nº 2.568, de 29 de agosto de 2024 recebeu autorização da ANEEL, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo o primeiro faturamento ocorrido em janeiro de 2025.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

O projeto entrou em operação comercial total em junho de 2024.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

O projeto Seridó fase 2 compõe a segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase 2, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida através de Outorga, realizado pela ANEEL.

O projeto está constituído pela Holding e seis companhias: Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. (“Seridó X”), Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. (“Seridó XI”), Parque Eólico Serra do Seridó XII S.A. (“Seridó XII”), Parque Eólico Serra do Seridó XIV S.A. (“Seridó XIV”), Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. (“Seridó XVI”), Parque Eólico Serra do Seridó XVII S.A. (“Seridó XVII”), que representam os parques eólicos do complexo. Abaixo detalhamento dos projetos:

Contrato / Leilão	Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
EOL SERRA DO SERIDÓ X	REA 13.543	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033
EOL SERRA DO SERIDÓ XI	REA 14.074	21/03/2023	35 anos	8	46,4	23,4622
EOL SERRA DO SERIDÓ XII	REA 14.075	21/03/2023	35 anos	7	40,6	9,8107
EOL SERRA DO SERIDÓ XIV	REA 14.076	21/03/2023	35 anos	6	34,8	21,1592
EOL SERRA DO SERIDÓ XVI	REA 13.544	31/01/2023	35 anos	8	46,4	11,9613
EOL SERRA DO SERIDÓ XVII	REA 13.545	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

As seis empresas do complexo Seridó 2 obtiveram, por meio da ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Características técnicas do projeto: a expansão também prevê a instalação de subestação de 34,5 kV/500 kV, implantação de 43 km de Rede de Média Tensão (RMT).

1.2 Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- **Ajustes relacionados ao Curtailment (cortes de geração) de geração eólica:**
Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- **Regras de autoprodução e equiparação:**
A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- **Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:**
A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Continuidade operacional

A Companhia sofreu prejuízo no montante de R\$ 8.990.453 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (prejuízo de R\$ 9.767.194 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), e, nessa data, o ativo circulante consolidado excede o passivo circulante consolidado em R\$ 43.753.208= (o ativo circulante consolidado excede o passivo circulante consolidado em R\$ 39.529.780 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 23.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 23.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Empresas constituídas	Participação
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	100%
	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda

funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e,

finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa

ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 20).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como

um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, adiantamentos de clientes e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Serra do Seridó X S.A, Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A, Parque Eólico Serra do Seridó XII S.A, Parque Eólico Serra do Seridó XIV S.A, Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A e Parque Eólico Serra do Seridó XVII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os

softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.13 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47– Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus

clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

(c) Comercialização de energia

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente. A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados. Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Empresa satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

(d) *Constrained-off* de usinas

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.15 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de

renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- **Vida útil de propriedade, planta e equipamento:** Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2025, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos

de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
- v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos

requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

· IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A empresa aplica as alterações se:

- i. sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- ii. estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem

exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	167.967	922	4.414.315	1.101.846
Total	167.967	922	4.414.315	1.101.846

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 23.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027
	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025, sobre o DI CETIP (“CDI”) de 100%.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratos de energia - Comercialização (i)	26.175.271	-	26.175.271	14.931.651
Contratos de energia (i)	-	-	17.239.682	-
Contratos de mercado de curto prazo	1.245	-	1.806.474	713.810
Contratos no ambiente de contratação livre	-	-	112.836	-
Outras contas a receber (ii)	-	-	2.306.129	120.829
	26.176.516	-	47.640.392	15.766.290

- (i) O saldo é composto pelo registro das operações de venda de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ACL (Ambiente de Contratação Livre) o prazo médio de recebimento são 30 dias.
- (ii) Valor proveniente majoritariamente de multas a receber com fornecedor.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	211.785	37.165	251.477	196.631
CSLL	49.776	25.086	73.840	85.864
PIS	312.885	661	349.213	197.785
COFINS	1.408.126	4.038	1.585.255	913.751
ISS	-	-	11.834	10.317
IRRF	1.314.180	751.043	1.440.989	877.853
Outros	1.493.215	1.493.215	1.511.981	1.511.981
	4.789.967	2.311.208	5.224.589	3.794.182
Não Circulante				
PIS	522.407	-	522.407	-
COFINS	2.406.236	-	2.406.236	-
IRPJ	1.032.453	-	1.032.453	-
CSLL	371.683	-	371.683	-
	4.332.779	-	4.332.779	-
Total	9.122.746	2.311.208	9.557.368	3.794.182

Os créditos fiscais acima em sua maior proporcionalidade, referem-se ao crédito de PIS e COFINS sobre compra de insumos (Energia elétrica) relacionados à operação da empresa (Controladora). Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação de impostos de acordo com a legislação tributária e/ou alvo de solicitação de restituição junto ao Fisco, quando permitido, a serem definidos pela Administração da Companhia. Em 2026 a companhia avalia a solicitação da restituição dos montantes acima através de PERDCOMP.

O estoque de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 95.599.147 (R\$ 33.297.730 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a parcela de crédito de PIS/COFINS a compensar não utilizada no decorrer deste, poderá ser alvo de solicitação de restituição do saldo junto à Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.5 (a)).

	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2024	195.881.264	178.747.517	114.202.172	115.850.408	275.508.334	201.206.437	1.081.396.132
Equivalência patrimonial	6.747.923	6.066.325	5.484.665	4.954.228	16.302.130	16.439.966	55.995.237
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.602.632)	(581.551)	(872.933)	(613.563)	(3.871.756)	(3.904.492)	(11.446.927)
Dividendos Adicionais Distribuídos					(4.860.552)		(4.860.552)
Saldo em 31/12/2025	201.026.555	184.232.291	118.813.904	120.191.073	283.078.156	213.741.911	1.121.083.890

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2023	85.218.682	139.738.780	99.037.301	84.025.796	112.409.358	84.942.544	605.372.461
Equivalência patrimonial	4.939.239	(2.368.872)	(1.809.160)	(706.112)	9.638.496	7.434.573	17.128.164
Aporte de capital AFAC	102.430.724	41.377.609	16.974.031	32.530.724	153.377.610	108.030.725	454.721.423
Dividendos mínimos obrigatórios	4.400.000	-	-	-	2.300.000	2.500.000	
Saldo em 31/12/2024	(1.107.381)	-	-	-	(2.217.130)	(1.701.405)	(5.025.916)
	195.881.264	178.747.517	114.202.172	115.850.408	275.508.334	201.206.437	1.081.396.132

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025					
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Ativo circulante	11.007.316	74.370.159	26.056.405	25.942.276	24.875.331	21.075.394
Ativo não circulante	217.122.484	271.724.297	238.386.457	202.461.502	288.338.811	217.057.288
Passivo circulante	22.903.992	26.056.001	35.597.833	27.420.519	29.225.001	23.708.820
Passivo não circulante	4.199.251	135.806.166	110.031.124	80.792.186	910.986	681.951
Patrimônio líquido	194.278.634	178.165.964	113.329.240	115.236.845	266.776.026	197.301.945
Resultado	6.747.923	6.066.325	5.484.665	4.954.228	16.302.129	16.439.966

	2024					
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Ativo circulante	9.456.100	66.045.843	18.440.646	19.052.432	12.925.250	10.863.273
Ativo não circulante	223.137.172	282.645.335	246.982.144	210.912.983	296.308.027	223.082.700
Passivo circulante	18.218.909	22.060.448	30.468.266	25.921.687	23.025.191	18.970.947
Passivo não circulante	18.493.098	147.883.214	120.752.350	88.193.317	10.699.750	13.768.587
Patrimônio líquido	190.942.029	181.116.390	116.011.333	116.556.521	265.869.839	193.771.864
Resultado	4.939.237	(2.368.872)	(1.809.159)	(706.111)	9.638.497	7.434.574

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

Consolidado							
2025							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	1.472.167.828	10.591.340	3.716.455	-	(61.361.588)	1.425.114.035
Imobilizado em andamento		7.408.948	3.515.185	(3.716.455)	-	-	7.207.678
Instalações em construção		5.608	-	-	-	-	5.608
Passivo para descomissionamento		2.884.506	-	-	-	(115.380)	2.769.126
Total		1.482.466.890	14.106.525	-	-	(61.476.968)	1.435.096.447
Custo		1.529.639.263					1.543.745.788
Depreciação acumulada		(47.172.373)					(108.649.341)
Imobilizado líquido		1.482.466.890					1.435.096.447

Consolidado							
2024							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	1.342.231.943	224.525.633	-	(49.769.542)	(44.820.206)	1.472.167.828
Imobilizado em andamento		-	7.408.948	-	-	-	7.408.948
Instalações em construção		5.608	-	-	-	-	5.608
Passivo para descomissionamento	-	-	2.884.506	-	-	-	2.884.506
Total		1.342.237.551	234.819.087	-	(49.769.542)	(44.820.206)	1.482.466.890
Custo		1.344.589.718					1.529.639.263
Depreciação acumulada		(2.352.167)					(47.172.373)
Imobilizado líquido		1.342.237.551					1.482.466.890

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**10 Intangível**

Consolidado				
2025				
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Serido XI (ii)	3.578	-	-	3.578
Serido XII (ii)	3.658			3.658
Total	7.236	-	-	7.236
Custo	7.236			7.236
Amortização acumulada	-			-
Intangível líquido	7.236			7.236

Consolidado				
2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Gastos com projetos eólicos (i)	81.489.716	-	(81.489.716)	-
Serido XI (ii)	3.578		-	3.578
Serido XII (ii)	3.658	-	-	3.658
Total	81.496.952	-	(81.489.716)	7.236
Custo	81.496.952			7.236
Amortização acumulada	-			-
Intangível líquido	81.496.952			7.236

- (i) Os gastos com projetos eólicos compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários, dentre outras autorizações e outros gastos pertinentes aos projetos eólicos. Esses gastos foram transferidos ao ativo imobilizado ao longo de 2025.
- (ii) As empresas EOL Seridó XI e XII tinham em sua composição acionária até 2021 a EDF EN do Brasil Participações Ltda., em novembro de 2021 ocorreu uma reestruturação acionária, na qual a EDF transferiu integralmente suas cotas para a Serra do Seridó F2 Holding S.A.

11 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS sobre faturamento	-	2.040	143.746	213.263
COFINS sobre faturamento	-	12.552	663.445	987.429
Tributos retidos na fonte	3.050	2.391	1.048.368	584.505
ICMS	-	-	3.656	2.498
	3.050	16.983	1.859.215	1.787.695

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no ano subsequente a cada exercício demonstrado acima.

12 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados	76.048	41.404	5.088.577	422.785
Aquisição de imobilizado	-	-	7.313.217	7.709.801
Serviços de manutenção	-	-	537.174	8.092.014
Mercado de curto prazo a pagar	101.628	-	8.157.304	25.164
Taxas e emolumentos	-	-	32.534	-
TUST	-	-	20.317.390	11.696.150
Custo com energia elétrica	30.138.546	-	30.311.101	23.119
Outros	-	-	-	784.073
	30.316.222	41.404	71.757.297	28.753.106

13 Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados como perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidada	
	2025	2024	2025	2024
Tributários	-	-	239.556	175.166
	-	-	239.556	175.166

13.1 Tributários

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desproporcionalidade da multa aplicada.

14 Debêntures

Em 13 de maio de 2024 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

14.1 Linha de crédito

	Controladora e Consolidado				
	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	2025	2024
Debêntures – principal	R\$	CDI + 0,4%	2024	418.002.472	440.000.000
Debêntures – juros		-	-	36.260.259	27.328.505
Custos de captação		-	-	(13.258.763)	(14.054.289)
				441.003.968	453.274.216

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**14.2 Movimentação das debêntures**

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	Saldo inicial em 01/01/2025	453.274.216
(+) Aquisição principal	440.000.000	(+) Aquisição principal	-
(+) Juros apropriados	27.328.505	(+) Juros apropriados	51.335.109
(-) Amortização juros	-	(-) Amortização juros	(48.662.005)
(-) Amortização principal	-	(-) Amortização principal	(15.738.878)
(-) Custo a amortizar	(14.054.289)	(-) Custo a amortizar	795.526
Saldo final em 31/12/2024	453.274.216	Saldo final em 31/12/2025	441.003.968

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado poderá acarretar deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. O índice de cobertura do serviço da dívida consolidado calculado para 2025 foi de 1,24.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida não descontados (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

	Debêntures
2027	66.612.249
2028	66.663.753
2029	65.541.999
2030 – 2042	757.920.092
Total	956.738.093

15 Patrimônio líquido**15.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 770.373.052,00 (R\$ 723.043.324,00 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 723.043.324 (610.521.902 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação%	2025	2024
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	770.373.052	723.043.324
		770.373.052	723.043.324

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)***16 Receitas de vendas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas de energia	293.341.132	-	379.919.646	160.301.712
Receita bruta	293.341.132	-	379.919.646	160.301.712
(-) Deduções da receita bruta				
PIS	(4.840.084)	-	(6.225.667)	(831.792)
COFINS	(22.293.723)	-	(28.688.719)	(3.839.070)
Total das deduções da receita bruta	(27.133.807)	-	(34.914.386)	(4.670.862)
Receita líquida	266.207.325	-	345.005.260	155.630.850

(i) A receita da controladora é toda referente a comercialização

(ii) A receita das controladas são todas no Ambiente de Contratação Livre

17 Custos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos operacionais				
Seguros	-	-	(2.346.831)	(1.778.513)
Arrendamento de terra	-	-	(3.027.606)	(2.297.264)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(1.522.458)	-	(11.242.194)	(9.070.598)
Aquisição de energia elétrica	(281.820.222)	-	(155.881.314)	(7.083.931)
Outros custos e serviços	-	-	(1.067.759)	(108.095)
	(283.342.680)	-	(173.565.704)	(20.338.401)
Impostos e taxas				
TUST/TUSD (i)	(43.260)	-	(16.383.955)	(13.230.510)
Taxa de regulamentação	-	-	(1.301.869)	(220.478)
Impostos e taxas diversas	-	-	(611.514)	(3.850)
	(43.260)	-	(18.297.338)	(13.454.838)
Serviços de terceiros				
Serviços de consultoria	-	-	(123.624)	(10.317)
Manutenção das instalações	-	-	(9.977.100)	(8.297.748)
Serviços de telecomunicações	(16.524)	-	(227.463)	(428.555)
	(16.524)	-	(10.328.187)	(8.736.620)
Depreciação e amortização				
Custo com depreciação	-	-	(61.476.969)	(44.820.206)
Custo com depreciação do direito de uso	-	-	(250.269)	-
	-	-	(61.727.238)	(44.820.206)
Rateio de custos				
Salários	-	-	(4.836.005)	(3.714.669)
Serviços prestados pelo exterior	-	-	(126.396)	(224.818)
	-	-	(4.962.401)	(3.939.487)
Total dos custos de vendas	(283.402.464)	-	(268.880.868)	(91.289.552)

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

- (i) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Despesas legais	(5.806)	(111.043)	(53.133)	(333.927)
Seguros (Despesas)	(1.368)	(1.368)	(9.576)	(9.576)
Outras despesas administrativas	-	-	(200.453)	(99.038)
	(7.174)	(112.411)	(263.162)	(442.541)
Impostos e taxas				
Multas	-	(13.948)	(1.641)	(161.820)
Imposto e taxas diversas	(42.383)	(160.255)	(308.075)	(506.405)
	(42.383)	(174.203)	(309.716)	(668.225)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(69.670)	(67.101)	(487.687)	(469.709)
Serviços de consultoria	(36.829)	(867.863)	(927.743)	(1.578.070)
Honorários de auditores	(25.847)	(98.206)	(180.931)	(250.125)
Honorários de advogados	-	-	(183)	-
Serviços de vigilância	-	-	(486.790)	(135.932)
Serviços de limpeza	-	-	(6.096)	-
Serviços de informática	-	-	(36.559)	(11.894)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(194.315)	(48.944)
	(132.346)	(1.033.170)	(2.320.304)	(2.494.674)
Rateio de despesas				
Impostos e taxas diversas	-	-	(28.712)	(56.825)
	-	-	(28.712)	(56.825)
Total das despesas administrativas	(181.903)	(1.319.784)	(2.921.894)	(3.662.265)

19 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras despesas				
Recuperação de despesas	-	3.208	(12.367)	55.650
Outras despesas (receitas)	-	18.889	3.219.615	(104.793)
	-	22.097	3.207.248	(49.143)

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)***20 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	3.782.879	4.297.964	11.000.157	10.854.607
Variações cambiais ativas	42.011	1.195	551.675	1.195
	3.824.890	4.299.159	11.551.832	10.855.802
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	-	-	-	(19.595.524)
Juros de empréstimos e debentures	(51.335.109)	(27.328.505)	(82.682.484)	(48.166.224)
Juros sobre outras operações	-	(6.244)	(5.604)	(43.126)
Despesas bancárias	(108.319)	(727.213)	(1.978.619)	(1.024.211)
Garantias	-	-	(190.559)	(2.091)
Despesas com IOF	(185.799)	(317.308)	(279.175)	(842.913)
Custos com empréstimos e debêntures	(924.609)	(1.317.705)	(1.497.137)	(1.882.006)
Tributos sobre receitas financeiras	(177.883)	(199.855)	(177.883)	(199.855)
Outras despesas financeiras	(105.955)	-	(1.768.029)	(2.324.403)
	(52.837.674)	(29.896.830)	(88.579.490)	(74.080.353)
Resultado financeiro	(49.012.784)	(25.597.671)	(77.027.658)	(63.224.551)

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto	(10.394.589)	(9.767.194)	(617.912)	(2.594.661)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(3.534.160)	(3.320.846)	(210.090)	(882.185)
Resultados de controladas por equivalência	(19.038.381)	(5.823.576)	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	21.168.405	9.144.422	21.168.405	9.144.422
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(12.585.774)	(1.089.704)
Encargo fiscal	(1.404.136)	-	8.372.541	7.172.533
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(9.624.472)	(7.009.982)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	1.404.136	-	1.251.931	(162.551)
	1.404.136	-	(8.372.541)	(7.172.533)
			Consolidado	
			2.025	2024

Serra do Seridó F2 Holding S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2025

(em reais, exceto se indicado de outra forma)

**Imposto por natureza**

IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	6.932.615	4.494.847
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	2.240.197	2.514.724
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	451.660	412
	9.624.472	7.009.983

22 Transações com partes relacionadas**22.1 Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serra das Almas F1 Holding S.A	31.851.844	-	31.851.844	-
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	628.412	628.412	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	-	1.119.359	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	-	930.836	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	-	824.791	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	-	869.958	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	-	631.358	-	-
	32.480.256	5.004.714	31.851.844	-

22.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serra das Almas F1 Holding S.A	35.477.437	-	35.477.437	-
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	12.151.733	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	3.701.563	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	3.467.115	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	5.862.900	-	-	-
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	-	36.671.945	28.817.844
	60.660.747	-	72.149.382	28.817.844

- (i) Contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

22.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2025	2024
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	1.602.632	1.107.381
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	581.552	-
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	872.932	14.088
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	613.563	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	3.871.756	2.217.129
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	3.904.492	1.701.405
	11.446.927	5.040.003

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)***22.4 Empréstimos a receber – partes relacionadas**

	Controladora	
	2025	2024
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	3.520.248	18.011.964
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	10.390.060	16.940.060
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	-	9.406.471
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	-	5.903.202
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	-	10.047.187
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	-	13.264.832
	13.910.308	73.573.716

Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2023	18.011.963	16.940.060	9.406.471	5.903.202	10.047.187	13.264.833	73.573.716
(+) Aquisição de principal	-	-	-	-	-	-	-
(+) Juros apropriados	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização principal	(14.491.715)	(6.550.000)	(9.406.471)	(5.903.202)	(10.047.187)	(13.264.833)	(59.663.408)
(-) Amortização Juros	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	3.520.248	10.390.060	-	-	-	-	13.910.308

	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2023	22.111.963	22.590.060	21.806.471	12.303.202	13.647.187	16.264.833	108.723.716
(+) Aquisição de principal	-	-	-	-	-	-	-
(+) Juros apropriados	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização principal	(4.100.000)	(5.650.000)	(12.400.000)	(6.400.000)	(3.600.000)	(3.000.000)	(35.150.000)
(-) Amortização Juros	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	18.011.963	16.940.060	9.406.471	5.903.202	10.047.187	13.264.833	73.573.716

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**22.5 Empréstimos a pagar – partes relacionadas**

	Controladora	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	72.704.714
	-	72.704.714

Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2024	116.204.714	758.177.694	Saldo final em 31/12/2024	72.704.714	72.704.714
(+) Aquisição de principal			(+) Aquisição de principal	-	-
(+) Juros capitalizado	-	35.861.589	(+) Juros apropriados	-	-
(-) Amortização principal	(43.500.000)	(682.432.611)	(-) Amortização principal	(72.704.714)	(72.704.714)
(-) Amortização Juros	-	(38.901.959)	(-) Amortização Juros	-	-
Saldo final em 31/12/2024	72.704.714	72.704.714	Saldo final em 31/12/2025	-	-

22.6 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

23 Empréstimos e financiamentos

a) BNB:

Em 31 de outubro de 2023, as Companhias controladas, Seridó XI, Seridó XII e Seridó XIV firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 329.998.623,01, dos quais R\$ 299.998.623,01 foram obtidos mediante linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 30.000.000,00 da linha de crédito fornecida pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Para a linha de crédito do FNE sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 4,37% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2025

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Para a linha de crédito AFD sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 11% a.a., com exigibilidade semestral, a partir de 15 de abril de 2024. O valor do principal será amortizado em 20 prestações semestrais, iniciando o pagamento do principal em 15 de abril de 2025.

Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	Consolidado	
				2025	2024
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,21%	2024 a 2045	295.318.541	297.674.896
Juros				15.120.861	15.350.172
Custos de captação		IPCA+2,59%	2024 a 2042	(511.705)	(536.368)
Principal - AFD				27.000.000	30.012.468
Juros - AFD				746.525	956.021
				337.674.222	343.457.189
Passivo circulante				23.766.251	21.032.300
Passivo não circulante				313.907.971	322.424.889

A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	-	Saldo inicial em 01/01/2025	343.457.189
(+) Aquisição principal	327.999.382	(+) Aquisição principal	1.999.241
(+) Juros apropriados	20.837.719	(+) Juros apropriados	31.347.376
(-) Amortização juros	(4.531.527)	(-) Amortização juros	(32.223.018)
(-) Aquisição principal	(312.019)	(-) Amortização principal	(6.931.227)
(-) Custo a amortizar	(536.366)	(-) Custo a amortizar	24.661
Saldo final em 31/12/2024	343.457.189	Saldo final em 31/12/2025	337.674.222

Garantias

O empréstimo conta com fianças bancárias emitidas pelo banco Bradesco.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos	
2027	40.523.588
2028	40.612.260
2029	39.874.638
2030 - 2045	541.918.677
Total	662.929.163



24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	167.967	922	4.414.315	1.101.846
Contas a receber	26.176.516	-	47.640.392	15.766.290
Adiantamentos a fornecedores	112.648	112.652	1.861.878	1.779.529
Contas a receber de partes relacionadas	32.480.256	5.004.714	31.851.844	-
Despesas antecipadas	-	1.373	-	9.576
Empréstimos a partes relacionadas	13.910.308	73.573.716	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027
Passivos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Contas a pagar	30.316.222	41.404	71.757.297	28.753.106
Contas a pagar a partes relacionadas	60.660.747	-	72.149.382	28.817.844
Empréstimos e financiamentos	-	-	337.674.222	343.457.189
Empréstimos com partes relacionadas	-	72.704.714	-	72.704.714
Debêntures a pagar	441.003.968	453.274.216	441.003.968	453.274.216
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	502.182
Passivo para descomissionamento	-	-	3.209.734	2.884.506



Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores e de clientes - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

24.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras,

a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	167.967	922	4.414.315	1.101.846
Contas a receber	26.176.516	-	47.640.392	15.766.290
Adiantamentos a fornecedores	112.648	112.652	1.861.878	1.779.529
Contas a receber de partes relacionadas	32.480.256	5.004.714	31.851.844	-
Despesas antecipadas	-	1.373	-	9.576
Empréstimos a partes relacionadas	13.910.308	73.573.716	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027

Serra do Seridó F2 Holding S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2025

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

24.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (24.5) desta nota.

24.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Consolidado			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	71.757.297	-	28.753.106	-
Contas a pagar a partes relacionadas	72.149.382	-	28.817.844	-
Empréstimos e financiamentos	33.428.694	698.955.500	30.897.869	632.937.330
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	72.149.382
Debêntures a pagar	67.717.695	1.003.126.100	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	7.769	201.994
Passivo para descomissionamento	-	3.209.734	-	2.884.506
	245.053.068	1.705.291.334	88.476.588	708.173.212

24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

24.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através do aporte de seus acionistas. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2025**(em reais, exceto se indicado de outra forma)***Análise de sensibilidade**

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2025, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2026 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central, cujo valor definido foi de 3,97% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento 2025	Risco	Juros Projetados para 2026		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
Debentures	441.003.968	IPCA	46.388.007	50.651.734	54.987.898
BNB	337.674.222	IPCA	36.026.337	30.488.557	20.933.334

25 Compromissos assumidos**25.1 Contratos de venda de energia elétrica**

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

		SERIDÓ XI		SERIDÓ XII	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACL	Volume [MWh]	199.786	1.610.579	180.896	1.461.453
	Preço [R\$/MWh]	201	188	213	180
	Subtotal [R\$]	40.200.224	302.617.788	38.479.642	263.616.203
	Total [R\$]	40.200.224	302.617.788	38.479.642	263.616.203
		SERIDÓ XIV		SERIDÓ X	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACL	Volume [MWh]	146.057	1.243.846	147.415	1.187.033
	Preço [R\$/MWh]	196	190	213	180
	Subtotal [R\$]	28.660.956	236.949.316	31.358.680	214.117.152
	Total [R\$]	28.660.956	236.949.316	31.358.680	214.117.152
		SERIDÓ XVI		SERIDÓ XVII	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACL	Volume [MWh]	202.785	1.628.722	148.547	1.196.807
	Preço [R\$/MWh]	213	180	213	180
	Subtotal [R\$]	43.138.175	293.789.588	31.599.370	215.880.075
	Total [R\$]	43.138.175	293.789.588	31.599.370	215.880.075



26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 1.412.429.379

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760, tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 157.784.760

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC 125542/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 21EC5641-458B-487F-8E0A-0DB57CAC6911

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: RELATR-1.PDF

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 50

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Aline Bandeirinha

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

aline.bandeirinha@pwc.com

Endereço IP: 186.215.152.4

Rastreamento de registros

Status: Original

31 de março de 2026 | 23:15

Portador: Aline Bandeirinha

aline.bandeirinha@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

31 de março de 2026 | 23:19

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

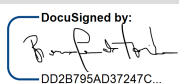
Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 31 de março de 2026 | 23:17

Visualizado: 31 de março de 2026 | 23:18

Assinado: 31 de março de 2026 | 23:19

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 31 de março de 2026 23:19 Visualizado: 31 de março de 2026 23:19 Assinado: 31 de março de 2026 23:19
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2026 23:17
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2026 23:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2026 23:19
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2026 23:19

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------